

SESSÕES DO PLENÁRIO

112ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de novembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. FABRÍCIO FALCÃO (3º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Leitura do expediente.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Joseildo Ramos, comunicando sua ausência da sessão no dia 23/10/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Zé Raimundo, comunicando sua ausência da sessão no dia 30/09/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- (Lê) “*Requerimento*

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia,

Os deputados infrafirmados com base no que dispõe o inciso II, art. 92, do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: projeto de lei nº 20.488/2013 e o projeto de lei nº 20.489/2013”.

Está convocada a sessão na forma regimental.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Pequeno Expediente.

Concedo a palavra à primeira oradora inscrita para o Pequeno Expediente, pelo tempo de 5 minutos, a deputada Luiza Maia.

A Srª LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, mais uma vez, venho aqui fazer um apelo ao meu Líder, ao Líder do Governo, porque o Líder da Oposição – espero que ele esteja hoje aqui – já assumiu o compromisso de assinar o requerimento dispensando as formalidades para que entre na pauta de hoje a PEC do Voto Aberto. Estamos vendo aí o Brasil, companheiros, Srs. Deputados. Já votou a Câmara Federal, a CCJ do Senado, o Senado ia votar na semana passada, adiou para hoje, espero que ainda não tenha votado, mas, se votou, que seja aberto para todas as proposições. Temos acompanhado esse debate, essa discussão, o povo fica achando que nós estamos nos escondendo, viu deputado Reinaldo Braga?

Vamos votar pelo voto aberto em todas as proposições, porque o que o povo tem dito nas redes sociais é que nós estamos nos escondendo atrás do voto secreto, e o deputado não tem o que esconder.

O Sr. Zé Raimundo:- O Senado já votou e aprovou.

A Srª LUIZA MAIA:- Melhor ainda. Eu estava procurando na pauta da sessão de hoje do Senado e não tinha achado.

Acho que o voto secreto não faz mais sentido, é uma afronta à democracia. Esse sigilo só favorece a deixar o mandato de um deputado preso, uma decisão que desgastou mais a nossa categoria, o nosso segmento de políticos, principalmente os legisladores.

Então, quero fazer esse apelo aos deputados. O Líder da Oposição já assumiu que vai assinar o requerimento dispensando as formalidades. Estou pedindo, também, ao Líder do governo, deputado Zé Neto, para que hoje coloquemos na pauta desta sessão a nossa PEC do Voto Aberto. Votaremos sem restrição. Estamos fazendo uma campanha através das redes, já temos mais de 700 mil assinaturas de brasileiros só nessas últimas semanas, pedindo o fim do voto secreto. Não acredito que o Senado vá ignorar essa pressão, esse apelo da sociedade brasileira. Como o deputado Zé Raimundo disse que já foi votado no Senado, sei que conto com o seu voto, inclusive a nossa Bancada já aprovou o voto aberto em todas as proposições.

Quero fazer uma apelo a esta Casa. Se já se votou lá, não há mais o que discutirmos, mas acho que esta Casa também precisa ter esse gesto para com a

população. Inclusive, agora à tarde, tem uma campanha no *twitter* e no *facebook* que seria bom acompanhar, para que os Líderes Aécio Neves, Romero Jucá, Francisco Dorneles, Alfredo Nascimento, Gim Argelo, do PTB, realmente forcem a barra lá no Senado e aprovem.

Mas quero também, companheiros, ler e pedir que se registre nos Anais desta Casa o artigo do nosso governador Wagner sobre “*Novos Caminhos para Salvador*”. No dia em que estava sendo inaugurada a Via Expressa, S.Ex^a escreveu com muita propriedade. Sei que não dará tempo de fazer a leitura dele todo. Porém daremos como lido, e depois vocês pegam a cópia com as companheiras taquígrafas.

(Lê) “*Posso assegurar ao leitor, residente em Salvador, que a Via Expressa é apenas o começo de uma série de intervenções focadas na mobilidade urbana. Esta Via será imprescindível para a economia, pois passaremos a contar com um equipamento de infra-estrutura motivando a movimentação para o nosso porto, contribuindo para o preço das cargas ser mais competitivo. Como consequência positiva, teremos ainda a retirada de mais de dois mil veículos pesados, entre caminhões e carretas, que sobrecarregam as já saturadas avenidas de Salvador.*”

Esta semana já sentimos essa diferença. Lauro de Freitas infelizmente tem uma obra que está lá infernizando a vida de quem transita por aquela área, mas aqui na Paralela já estamos sentindo também que já está tendo reflexo da Via Expressa, como no Iguatemi. Então, quero parabenizar a presidente Dilma e o governador Wagner por mais essa obra importante para o povo de Salvador.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o próximo orador, deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 7 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Camarada Fabrício Falcão, grande presidente desta sessão plenária, quero dizer à nossa ex-camarada deputada Luiza Maia, que pode voltar a ser camarada novamente, que meu ponto de vista sobre o voto aberto é para tudo. Aliás, não consultei o nosso camarada Fabrício Falcão, mas peço permissão à minha Líder e do nosso partido, camarada Kelly, e expressei a minha opinião aqui. Devo ter sido precipitado, porém é a minha opinião que defendo inteiramente. Defendo voto aberto para tudo. Vamos abrir logo tudo. É votação aberta para tudo sem restrições. Por que voto fechado para a Mesa Diretora? É tudo aberto e pronto! Acho que essa é a melhor alternativa para a realidade atual. Agora, só em nível de informação, camarada Luiza Maia, a PEC do Voto Aberto foi apresentada aqui na Legislatura passada pela Bancada do PCdoB. Por mim, Edson Pimenta, pela Bancada do PCdoB. Naquele período não foi possível se votar a PEC. Agora, nós temos aqui a camarada Luiza Maia, que conta com todo o meu apoio. Eu apoio o voto aberto para tudo.

Eu queria, Sr. Presidente, demais deputados, dizer que ontem aconteceu um espetáculo, um show muito bonito. Foi o show Roxo, com o cantor Gerônimo, nas escadarias do Paço, no Carmo. Foi uma noite muito animada, e o que é mais bonito: roxa. Quero aproveitar para agradecer ao cantor Gerônimo, que se incorporou ao

Novembro Roxo, dando a sua contribuição, participando das atividades.

Estive no evento durante um bom tempo e falei para aquele público importante de Gerônimo, que se diverte lá há 10 anos, porque o cantor faz um espetáculo no local há 10 anos.

Hoje, pela manhã, estivemos no Departamento de Polícia Técnica - DPT, falando para 300 policiais militares sobre o Novembro Roxo. Ontem, tivemos o show Roxo; hoje, houve uma atividade no DPT para 300 policiais, e já realizamos aqui a nossa sessão especial. Este ano, efetivamente, o calendário do Novembro Roxo está muito intenso.

Tenho que me desdobrar em 10 porque temos atividades todos os dias. Já são cerca de 20 reuniões nos bairros e várias marcadas no interior, além de várias atividades aqui, em Salvador. Realmente, precisamos trabalhar muito para dar conta dessa campanha, que é extraordinária, muito importante, e tem como objetivo a prevenção dos cânceres de próstata e de pênis, mais especificamente, a saúde do homem, porque, na realidade, são 60 mil novos casos de câncer de próstata por ano. Portanto, o Novembro Roxo ampliou...

(Um deputado fala fora do microfone.)

O Sr. ÁLVARO GOMES:- É roxo. Eis a questão: roxo ou azul? É roxo, debateremos isso com mais calma. Roxo, claro! O novembro é roxo. Depois debatarei essa problemática da cor, que, em minha opinião, não é uma questão de princípio.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o próximo orador, deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, todos que nos assistem e nos ouvem pela *TV Assembleia*, trago aqui, a esta tribuna, uma preocupação acerca de um debate que é atual e aconteceu hoje na Comissão de Meio Ambiente. Todos nós estávamos tratando da problemática dos resíduos sólidos, portanto, de aspectos da política nacional de saneamento ambiental, mas, principalmente, do ultimato que existe para a apresentação do Plano Municipal de Saneamento Ambiental das diversas municipalidades. Também é preciso que os diversos municípios tenham a sua lei de resíduos sólidos em nível local. Parece-me que esse ultimato, que está previsto no arcabouço jurídico estadual e federal, precipita uma série de discussões das quais esta Casa precisa se ocupar. Tanto é que hoje, na Comissão de Meio Ambiente, recebemos a presença de uma empresa que estava apresentando um projeto de uma central de tratamento de resíduo sólido. Atentamente acompanhamos a apresentação e alguns pontos não foram claramente trabalhados para o debate, o que nos preocupa. Aliás, três pontos: a logística reversa, que leva em consideração o destino final daquilo que é produzido pela indústria e o seu retorno para reaproveitamento daquilo que é sucata e pode ser transformado em insumo; a não geração de resíduos e, também, a questão da incineração de rejeitos de qualquer natureza. São três pontos a que cabe discussão aprofundada.

Infelizmente assistimos a uma apresentação de um negócio onde também não

estava presente algo que no Brasil chama a atenção de todo mundo, que é a organização dos recicladores, dos catadores, e que, em nenhum momento, fez parte daquela apresentação que tratava simplesmente de um negócio.

A questão de resíduos sólidos no nosso País tem a amplitude de trabalhar questões que nos são caras, que são questões relacionadas com aspectos socioeconômicos, portanto, levem em consideração a organização dos trabalhadores que já reciclam, a exemplo do alumínio, uma quantidade que coloca o Brasil entre os primeiros, talvez o primeiro, em reciclagem desse tipo de material. Mas o nível de organização e do aproveitamento dos resíduos sólidos em nosso País carece do aprofundamento desses três pontos. Vou repeti-los: a política reversa, ou seja, depois daquilo que é consumido ser transformado em sucata, o retrodestino tem que acontecer para que a própria indústria dê cabo do direcionamento que deve dar para que não haja geração de rejeitos, a partir daquilo que é transformado em bens de consumo, mas, também, a incineração, porque nos países mais desenvolvidos essa prática já está sendo banida por lei. A Organização da Nações Unidas faz um enfrentamento dessa discussão em nível mundial e os trabalhos e processos envolvendo a incineração estão tendo lugar agora no mundo subdesenvolvido ou em desenvolvimento, porque os países mais desenvolvidos não querem essa prática, por conta dos aerossóis que vão contaminar o meio ambiente, poluir o ar, a água com chuva ácida, enfim, uma série de questões que não estão sendo bem tratadas nos trabalhos de apresentação das diversas alternativas que terão lugar neste momento em nosso País.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente Fabrício Falcão, que preside esta sessão, nobres colegas deputados e deputadas, imprensa, corpo técnico desta Casa, assessores dos gabinetes, gostaria de deixar registrado o meu júbilo, minha alegria, pela passagem de 173 anos do fundação do município de Vitória da Conquista a ser comemorado no dia 9 de novembro. Nesta oportunidade, gostaria de deixar aqui os cumprimentos ao prefeito Guilherme Menezes, ao vice-prefeito Joás Meira, aos nossos representantes no Parlamento daquela cidade – deputado Fabrício Falcão, deputado federal Waldenor Pereira –, aos outros deputados que lá tiveram também uma boa votação – Marcelino Galo, o nosso companheiro Valmir Assunção, deputado federal –e, de forma especial todos os vereadores: Ademir Abreu Magalhães, Adinilson Pereira, Arlindo Rebouças, Álvaro Pithon, Antônio Ricardo Pereira, Anderson Ribeiro, Coriolano Moraes, Cícero Custódio, Edjaime Rosa, nosso Pipia; Fernando Vasconcelos, presidente daquela Casa do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores; Florisvaldo Bittencourt; Gilzete Moreira Silva, ex-vice-prefeito de Vitória da Conquista na nossa gestão, Hermínio Oliveira; Irma Lemos; Juvêncio Amaral; Joaquim Libarino; Júlio Honorato; Luciano Gomes; Lúcia Rocha; Nelson

Vieira; Sidney Oliveira e o companheiro Jaildo Mendes.

Gostaria também nesta oportunidade, Sr. Presidente, de deixar as nossas impressões e a constatação de que a Vitória da Conquista, cidade governada por cinco mandatos pelo nosso Partido dos Trabalhados, com uma base aliada muito forte implementou nestes 16 anos uma verdadeira revolução. Lá implantamos o modo petista de governar, o modo democrático de governar, invertendo prioridades, construindo uma sociabilidade, espaços públicos de convivência, instituições democráticas, como o Orçamento Participativo, as conferências, o Congresso da Cidade, os Conselhos de Saúde Local, os conselhos dos vários segmentos sociais. Há também um conselho que agrega os dirigentes do empresariado, do comércio, e da indústria.

E mais do que isso, além da democracia, conseguimos uma parceria com o governo federal, inicialmente na gestão do Lula e depois com a presidenta Dilma. Em seguida, a partir de 2007 tivemos uma parceria com o governo do Estado.

Esses governos, tanto o federal quanto o estadual, são responsáveis, com investimentos no município, por uma verdadeira revolução em Vitória da Conquista! Nestes anos Conquista recebeu algo em torno de R\$ 1 bilhão de investimentos do governo federal. Só o Minha Casa Minha Vida recebeu mais de R\$ 600 milhões. Recentemente, o governador Jaques Wagner investiu, só na infraestrutura hídrica, mais de R\$ 240 milhões, além de investimentos na educação, na saúde, na urbanização, no campo, assistindo melhor aqueles que mais precisam. E Vitória da Conquista se tornou, recentemente, a cidade com o melhor índice de saneamento do interior do Norte e Nordeste.

Estamos à frente de oito capitais brasileiras, 36^a do Brasil, 2^a da Bahia. Ganhamos inclusive de Feira de Santana em ligações de esgoto. E estamos indo agora – após a aprovação de um aditivo do Ministério das Cidades –, com 90% de esgotamento sanitário, para a primeira colocação entre as cidades de porte médio.

Tudo isso graças ao modo petista de governar, com as parcerias que fizemos com a sociedade, com indicador de saúde, de educação, de transparência. Por isso tenho certeza de que Vitória da Conquista haverá de dar uma grande vitória à presidenta Dilma e uma grande vitória a aquele que irá suceder o governador Jaques Wagner.

Eram as nossas considerações, Sr. Presidente Fabrício Falcão, o qual parabeno por dirigir neste momento esta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Reinaldo Braga pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. REINALDO BRAGA:- Sr. Presidente Fabrício Falcão, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, assumo esta tribuna para dizer que os prefeitos do PR - Partido da República, ao qual me filio, tiveram um encontro ontem com o governador Jaques Wagner para discutir alguns pleitos da administração pública municipal.

Fomos bem recebidos, cada prefeito, cada representante dos mais de 20

municípios que compõem o PR, cada um deles apresentou ao governador aquilo que de mais necessário se faz para contemplar as necessidades dessas comunidades.

Cada um dos representantes dos municípios – administradores e gestores – fez um relato minucioso de sua situação ao levantar aqueles problemas mais cruciais como os relativos à saúde, à educação, ao urbanismo, às estradas, ao abastecimento d'água, à energia, enfim, a tudo aquilo que o gestor ou o administrador entende por mais importante levar ao conhecimento do governo do estado.

Depois desse encontro com o governador, também, estivemos, todos os prefeitos e os seus vices, com o secretário da Casa Civil, deputado Rui Costa, que, também, nos ouviu a respeito do encaminhamento desses pleitos. O deputado José de Arimatéia está aqui nos ouvindo e sabe do valor e da competência do deputado Rui Costa da Casa Civil, pois é um dos homens mais preparados deste governo. A classe política e o povo têm este conhecimento também.

Lá, também, colocamos da necessidade de se implementar essas obras solicitadas. Foi sugerido que tais obras pudessem ser encaminhadas aceleradamente para que, ainda este ano, todos aqueles pleitos tivessem, ao menos, o seu início.

Queríamos louvar a atitude do governador Jaques Wagner em fazer esses encontros.

Os prefeitos e seus vices reconheceram e estão reconhecendo a boa vontade desses encontros. Esses encontros servem para discutir todas as dificuldades que os municípios vêm passando, principalmente, no semiárido, à época da seca, onde o sofrimento tem aumentado bastante apesar das ações corretivas do governo em relação ao abastecimento d'água.

Evidentemente, essas questões, uma vez levadas ao conhecimento do governo pelos próprios administradores, ou seja, pelos próprios prefeitos, ganham um cunho de maior relevância para o próprio governo que, evidentemente, já tem conhecimento do que se passa nos municípios. Mas, na voz dos prefeitos, aqueles que vivem com a comunidade, esses problemas tomam uma dimensão maior em relação à necessidade de alguma ação por parte do governo para corrigir algumas dessas questões que afligem tanto a comunidade.

Queremos, pois, agradecer muito ao governador Jaques Wagner por este reconhecimento de nos receber em audiência como também ao secretário Rui Costa. Este último estava vindo de Juazeiro quando participou da entrega de equipamentos importantes enviados pelos governos federal e estadual àquela região e ele vai fazer, também, a mesma coisa no dia 11 na região de Irecê.

Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo por 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados, nobres deputadas, Srs. das Galerias, Srs. da Imprensa, nossos companheiros servidores, queria registrar a presença do companheiro Robson, militante político da cidade

histórica de Cachoeira, que está aqui prestigiando esta Casa.

O deputado Joseildo Ramos teve a felicidade muito grande ao colocar que devemos ter cuidado principalmente agora quando estamos aprovando a primeira lei que trata de resíduos sólidos em nosso estado. Já existe uma lei nacional que tramitou por 20 anos no Congresso Nacional para ser aprovada. E temos a nossa lei há quatro anos sendo construída, uma lei que está muito boa e tem participação muito importante dos técnicos da Sedur. Foram feitos mais de 130 encontros no sentido de ouvir todos os segmentos vinculados à cadeia dos resíduos sólidos e à coleta também.

Agora que vamos aprovar essa lei, aparecem umas empresas propondo a incineração, uma coisa arcaica que não existe mais em nenhum lugar do mundo. Não se usa incineração de lixo, é uma tecnologia em desuso, atrasada. E alguns querem trazer isso para o Estado da Bahia. A nova lei exige que, a partir de agosto de 2014, sejam extintos os lixões, não vai se permitir mais porcarias, sujeiras, coisas que não são mais usadas no mundo. E não vamos permitir que isso aconteça em nosso Estado, pois incineração só para materiais específicos na coleta de hospitais, porque, aí, não há jeito, alguns elementos têm de ser realmente incinerados.

Por isso amanhã, às 14h30, vamos realizar uma reunião do GT de resíduos sólidos no sentido de discutirmos com o segmento sobre a geração de renda e inclusão social, porque é fundamental que essas pessoas sejam incluídas através dessa lei, os catadores de materiais recicláveis. A Bahia é o Estado que tem mais homens e mulheres trabalhando na atividade de coleta desse material.

Uma usina de incineração absorveria o emprego de 645 catadores que realizam essa atividade de transformar o lixo em luxo, o que impediria a renda dessas famílias. Ao contrário de trazer soluções fáceis, nós deveremos trabalhar com esse segmento para organizá-los, apoiar a sua organização, porque o Estado não tem capacidade de organizar ninguém, mas apoiar e organizar para a criação de cooperativas, associações e, assim, desenvolver a cadeia completa do lixo, transformando-o em riqueza.

Portanto gostaria de contar com todos que têm interesse nessa matéria, porque amanhã vamos discutir com os representantes dos catadores de materiais recicláveis, homens e mulheres que precisam gerar sua própria renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Carlos Brasileiro por 5 minutos. (Pausa.)

Com a desistência do deputado Carlos Brasileiro, com a palavra o deputado Luciano Simões por 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Carlos Brasileiro, que está de plantão na torre de vigília governista, deputado Rosemberg, não é pelo simples fato de se fazer oposição, mas V.Ex^a que gosta de dados, vou trazer aqui para a Bancada Governista analisar os dados do Fiplan do governo do Estado.

As despesas do governo do Estado com pessoal e encargos representaram 48.73, total de despesas liquidadas. Quando se inclui nesse montante outras despesas correntes, encargos da dívida, representam 95.4. O investimento feito pelo Estado, deputado Rosemberg, foi de apenas 4.62% no ano de 2013.

Está aí a justificativa por que o governo do Estado mobilizou toda a sua força para inaugurar obra federal da Via Expressa, a situação calamitosa por que passou o semi-árido na seca, foi investido apenas do orçamento, 4.62. As áreas prioritárias de segurança pública, saúde e educação apresentam execução abaixo de 20%; segurança pública apenas 9%. Observamos também as áreas de saneamento com 1.13, comércio e serviço, incluindo turismo, com apenas 5.6%. Srs. Deputados, hoje, com o assalto violento de Mucugê, segundo a Associação dos Bancários, completam 168 assaltos no ano de 2013.

Mas, deputado Rosemberg, esses fatos já são, por si só, uma prova da falência da gestão do atual governo. Mas o número que me assustou, quando fui contrastar com o depoimento do delegado regional, parece-me, de Feira de Santana e o de Seabra, se não me engano, que se queixavam que a escala de violência nas regiões do interior da Bahia aumentava porque o governo não tinha condições sequer de pagar as escalas dos policiais. Todos sabem que os crimes ocorrem em maior número nos fins de semana, quando justamente as delegacias regionais precisam da interferência financeira da Secretaria de Segurança.

Vou aqui ao Fiplan do governo do Estado, pasmem os senhores: no levantamento do próprio governo, do ano de 2007 a 2012 o governo gastou 625 milhões com publicidade e propaganda. Quando a gente confronta com os números da segurança pública desse mesmo período, deputado Rosemberg, o Estado gastou 3 vezes menos, gastou 287 milhões. São os dados do Fiplan.

Essa é a situação que torna a Bahia top de linha da violência nacional. Eu quero novamente, levar esse número à Imprensa da Bahia e ao povo da Bahia para que tome conhecimento, através do Canal Assembleia, através da Imprensa da Bahia, que nesse período de 2007 a 2012 o governo da Bahia gastou 3 vezes menos com segurança pública e 3 vezes mais com publicidade e propaganda.

Esse é o caos de violência a qual a Bahia está submetida, uma gestão inócua, uma gestão incompetente, e os números são do próprio governo da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de até 5 minutos.

Deputado Paulo Azi, peço licença a V.Ex^a um instante para saudar aqui a visita dos estudantes do Colégio Estadual Rafael Oliveira, do Cajazeiras VIII, que estão aqui no Programa Escola do Legislativo. Saúdo vocês, esta é a Casa do Povo, a Casa de vocês, sejam muito bem-vindos sempre, não só hoje como muitas outras vezes.

(Palmas).

Retorno a palavra ao deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quero também saudar os alunos da Escola Rafael Oliveira, desta capital, Sr. Presidente, e dizer que hoje uma publicação do jornal *A Tarde* traz, mais uma vez em destaque, a péssima posição que a Bahia ostenta quando se fala em segurança pública.

Esta semana todos nós tomamos conhecimento do assalto sofrido pelo radialista Mário Kértész. E hoje, Sr. Presidente, é difícil que nós identifiquemos alguém, nesta cidade, que já não tenha passado por uma situação parecida como esta. Infelizmente, nós estamos diante de um governo que, definitivamente, perdeu a guerra contra a violência. Os dados oficiais do levantamento feito pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública traz dados que, se por um lado não nos surpreendem, por outro nos deixa numa situação, Sr. Presidente, de não saber mais a quem apelar.

O jornal *A Tarde* traz um levantamento de dados, deputado Luciano Simões, de comparações de índices relativos, mas não faz a comparação que para nós é a mais importante, e aqui demonstra, cabalmente, a falência do sistema de segurança pública do Estado da Bahia. A Bahia ostenta, senhoras e senhores parlamentares, pelo 4º ano consecutivo, a marca do estado mais violento do nosso país. É na Bahia onde, ano após ano, morrem vítimas da violência, o maior contingente populacional de todo o Brasil, mortes que, na sua maioria, senhoras e senhores parlamentares, são de jovens negros, pobres e que moram nas periferias das grandes cidades do nosso Estado.

O governo, num discurso simplista, diz que esse é um problema nacional, e nós não podemos nos conformar com isso. Sr^{as} e Srs. Deputados, como é que podemos aceitar que a Bahia com uma população, hoje, em torno de 15 milhões de habitantes, pode ser o Estado em que mais morrem por violência? São filhos desta terra e irmãos de todos nós. Foram 5 mil 764 vidas que se foram, em 2012. Índice que ultrapassa o estado de São Paulo, cuja população beira os 44 milhões de habitantes, lá foram 5 mil 180 mortos. Os nossos números ultrapassam também os do Rio de Janeiro, cuja população é de mais de 16 milhões de habitantes, praticamente a mesma da Bahia, com 3 mil 970 habitantes vítimas de assassinato. O Estado de Minas Gerais com 20 milhões de habitantes, teve 4 mil 125 vidas que se foram.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Deputados, esse é o retrato real, infelizmente, da situação da insegurança pública do nosso Estado. Pelo quarto ano consecutivo, é o Estado da Bahia o que registra os maiores números absolutos de mortes violentas em todo o país. É, infelizmente, mais um recorde negativo que o nosso Estado, infelizmente, repito, ostenta para a tristeza de todos nós, baianos, que assistimos a passividade do governo diante de números tão estarrecedores.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Não há oradores no Grande Expediente.

Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PSL/PP para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falarão os deputados Adolfo Menezes, por 5 minutos, e Rosemberg Pinto, por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, acabei de ver, deputado Rosemberg, a matéria do grande jornalista Ivan, segundo a qual a presidenta Dilma ficou espantada. Acredito que a presidenta tenha ficado espantada, juntamente com a população, por causa do aumento absurdo de 18% dos estupros em relação a 2011 e 2012. O aumento foi de 18%.

Tenho feito, aqui, constantes críticas à Câmara que não está legislando como deveria, esse é um assunto grave como tantos outros. Não há outra solução. Aprovamos, aqui, nesta Casa, a Lei Maria da Penha, deputado Carlos Brasileiro, e as mulheres continuam, cada dia mais, sendo vítimas de agressões. Então, não adianta somente educação, o que adianta também é punição severa. Porque, se não for dessa forma, não conseguiremos diminuir esses índices alarmantes em quase todas as áreas.

Falo agora do aumento de 18% na taxa de estupro, que é uma estupidez; da violência contra as mulheres, a despeito da aprovação da Lei Maria da Penha que ninguém está obedecendo. Então, não tem jeito. Sugiro, deputado José de Arimatéia, já houve iniciativas desse porte, mas para esses estupradores não tem outra coisa a ser feita a não ser a castração química. Porque só assim, com medidas radicais, eles podem temer e não continuar fazendo essas barbaridades.

São tantos os problemas, deputado José de Arimatéia, que temos neste País! Mas parece que os deputados federais - que também ajudei a eleger alguns - ficam na Ilha da Fantasia, que é Brasília, achando que estão separados do resto do Brasil. Esse assunto foi motivo de capa da *Revista Veja* há pouco tempo, ficam lá e não legislam como deveriam priorizando as necessidades que temos no dia a dia em todas as áreas. Vemos agora na prefeitura de São Paulo o escândalo da corrupção; esse grande número de mortalidade entre os motoqueiros. A política do Brasil é só vender carros e motos, deputado Vando, e parece que está todo mundo sem enxergar o que está acontecendo. Não estou falando nem nos acidentes de veículos.

Para V.Ex^a ter ideia, deputado Vando, acredito que também deve passar por isso, apesar de não ser esse o nosso papel, mas, apenas nesta semana, seis famílias de amigos de diferentes municípios nos procuraram para dizer que seus entes estão entre a vida e a morte. Garotos de 17, 18 20 anos, um já perdeu a perna e o braço, o outro está na UTI entre a vida e a morte, o outro está despedaçado no HGE, e ninguém faz nada. E o governo, que tem poder de aprovar o que quer no Congresso, não faz nada. Só assiste! Temos que fazer alguma coisa! A quantidade de mortes, de jovens inválidos que serão obrigados a depender da previdência é enorme, isso é um problema gravíssimo para o futuro. Previdência essa que já anda mal das pernas. Digo o governo, porque V.Ex^a sabe que quando ele quer aprova tudo. Tanto no Congresso quanto aqui na Assembleia Legislativa, como em outras assembleias, como nas câmaras de vereadores, o governo aprova o que quer. Normalmente sabemos que é assim.

Então, o Brasil assiste essa dizimação de jovens, a maioria ficando incapaz, ocupando todas as alas de trauma, deputado Luciano, de ortopedia, em todos os hospitais do Brasil inteiro. E todos nós, políticos, todas as autoridades, ficamos assistindo como se fosse a coisa mais normal do mundo. Essa calamidade de milhares e milhares de jovens perdendo a vida todos os dias ou ficando inutilizados para o trabalho, dependendo da previdência do Brasil, que dentro de poucos dias vai ser mais uma a estourar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, estudantes do Colégio Rafael Oliveira, de Cajazeira, imprensa, meu querido deputado Luciano Simões, ouvi atentamente aqui o seu discurso. Quero ir mais a fundo nesse tema para dizer que são verdadeiros os números apresentados pelo Fiplan com relação a custeio e investimento. Se o Congresso Nacional não tomar a decisão de rever o repasse da União para estados e municípios, vamos ter dificuldade de fazer investimento, vamos ter dificuldade no custeio com relação à forma de distribuição, de repasse das remunerações dos investimentos como tem sido feito pela União.

Quero aqui conclamar os colegas, deputados federais, que tomem uma atitude imediata no sentido de modificar esse formato de repasse para os estados e os municípios sob pena de quebrar todos os estados e todos os municípios. Obviamente, dizer todos é muito pesado, porque o Rio de Janeiro com a arrecadação que tem, com a população e com uma área geográfica pequena, acaba tendo condições de fazer uma gestão melhor do que outros estados, a exemplo de Sergipe que tem uma renda per capita maior do que a do Estado da Bahia.

Deputado Paulo Azi, ouvi atentamente as suas colocações sobre a segurança pública. Fico pasmo com relação a algumas colocações feitas por V.Ex^a. Tenho os dados. Primeiro, lamento que nós estejamos aqui debatendo em que estado se morre mais. Lamento que cheguemos à pobreza de um debate de ficar aqui discutindo em que estado alguém rouba mais a população, qual é o estado em que a população morre mais, qual é o estado que tem mais estupro. Ou seja, lamento que tenhamos chegado a esse quadro.

É lógico que, com relação aos dados apresentados hoje, há uma mudança nos últimos 10 anos na apresentação do quadro de homicídios em nosso País. Antes, os jornais no Brasil inteiro apresentavam nas suas manchetes aqueles esquemas de agrupamentos que pegavam todos os dias e matavam uma grande parte da nossa população e sequer isso era registrado, deputado Joseildo Ramos, em qualquer local. Aqui na Bahia, no início do nosso governo, acabamos com os diversos chamados esquadrões da morte que havia aqui, que pegavam principalmente os nossos jovens da periferia pobres e negros e imediatamente os sacrificavam como uma forma de

achar que cada um podia resolver o problema da violência e da segurança pública do nosso Estado. É lógico que há uma mudança. Mas os números aqui não são esses que são apresentados. Estão aqui os números que dizem, meu querido João Carlos Bacelar, que não é a Bahia campeã na taxa de homicídio, mas lamento que tenha uma taxa de homicídio alta como a que há aqui.

Lamento que no Sul do Brasil estejam os estados com o maior índice do estupro do nosso País, não é o Nordeste, é o Sul branco. Precisamos aqui quais são as soluções para essa questão. Não precisamos discutir quais os Estados que estão na lista dos que mais sacrificam os nossos jovens.

Isso é fruto não desta gestão atual, mas sim da falta de investimento e de planejamento de ações sociais que só encontramos em nosso Estado hoje. A maioria da população passava fome, o que ocasionou um processo de aniquilação da nossa sociedade, dos nossos jovens, que acabaram não indo à escola.

Não vejo, meu querido Paulo Azi, crianças de 7 anos matando gente. É o tempo que temos aqui neste governo da Bahia. Não vejo crianças de 11 anos assaltando banco. É o tempo que temos no governo federal. Temos de olhar para nossa história e dividir a responsabilidade da pobreza e do analfabetismo no nosso Estado.

É lógico que não quero dizer que resolvemos todos os problemas no nosso período. Não resolvemos! Temos muito para resolver. Mas instituímos uma política de busca de solução dos problemas sociais, inclusive políticos. A maior referência no Estado da Bahia a cada dia é de beijos e abraços com o nosso governo, porque só lá encontramos investimentos para fazermos as ações de que Salvador precisa.

Precisamos fazer uma política hoje para resolver os problemas dos Estados brasileiros que precisam de soluções mais imediatas. Temos de estar juntos nessa solução.

Meu querido deputado João Carlos Bacelar, marquei com o secretário da Educação para irmos discutir aquele problema, que não é bem como foi colocado aqui. Iremos lá no intuito de solucionar o problema da Escola de Aplicação Anísio Teixeira.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP, deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 5 minutos. Depois, o deputado João Carlos Bacelar por 6 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, gostaria de saudar os estudantes que nos acompanham nas Galerias Paulo Jackson. Ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Rosemberg Pinto aqui e do meio para o final observei a preocupação dele, que é também a preocupação dos demais deputados desta Casa, sem sombra de dúvida.

Pelos números que acompanhamos, a Bahia vem batendo mais um recorde negativo, o recorde da violência, deputado Carlos Geilson. Os números que tenho em mãos são realmente assustadores. A Bahia, se comparada a São Paulo, está três vezes mais violenta. Morrem três vezes mais pessoas neste Estado do que no de São Paulo.

Observei também hoje em matéria de jornal, não sei se na *Tribuna da Bahia* ou em *A Tarde*... O deputado Rosemberg Pinto acaba de me fornecer *A Tarde*. Obrigado pela assessoria que me presta. O que diz aqui é “Registro de estupros cresce 17% em Salvador.” É isso mesmo, deputado Rosemberg Pinto?

O Sr. Rosemberg Pinto:- E 48% em Santa Catarina.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Não podemos comparar, deputado Rosemberg Pinto. V.Ex^a tem de compreender que somos deputados do Estado da Bahia e temos que nos preocupar com o desenvolvimento do nosso Estado, com a segurança das nossas crianças, dos nossos adolescentes.

O deputado Rosemberg quer comparar o Estado da Bahia com Santa Catarina. Não há comparação, deputado Rosemberg. Acho que o objetivo desta Casa não é apenas fazer a crítica pela crítica, temos que procurar criticar para corrigir a fim de que o nosso Estado se torne mais seguro para se viver e tenhamos um futuro melhor. Aí, volto a sugerir à Mesa Diretora desta Casa, deputado Rosemberg, V.Ex^a que é Líder da maior Bancada desta Assembleia Legislativa, e eu também sou Líder, do PSDB, que aprecie os projetos de lei apresentados por deputados.

Não tenho dúvida de que existem bons projetos nesta Casa apresentados por parlamentares, que precisam ser apreciados. Acho que não vamos resolver o problema da segurança pública do Estado da Bahia num passe de mágica. Eu não tenho dúvida de que projetos que aqui estão, ao serem votados e aprovados, dificultarão cada vez mais as ações dos criminosos. E a Bahia deixará de ser o destino preferencial dos bandidos e das organizações criminosas.

Na semana passada, eu já havia dito que esta Casa precisava apreciar os projetos dos parlamentares. Eu, por exemplo, apresentei, deputado João Carlos Bacelar, alguns projetos que, se aprovados por esta Assembleia, dificultariam as ações dos criminosos. Eu não tenho dúvida de que outros parlamentares também o fizeram. Precisamos ter essa capacidade de votar projetos do Poder Legislativo, pois esta Casa fica apenas a votar projetos do Executivo. E os grandes debates que são construídos aqui ficam perdidos nos processos que tramitam na Comissão de Constituição e Justiça e nas demais comissões.

Fica registrado o meu apelo à Mesa Diretora. Vamos apreciar os projetos de deputados para que números assustadores como esses não continuem assustando a população baiana. Não queremos ver o Estado da Bahia liderando o *ranking* dos Estados mais violentos do País nem queremos ver a manchete publicada no jornal *A Tarde* sobre o registro de estupros, que cresceu 17%. Também não queremos ver o deputado Rosemberg Pinto subir a esta tribuna e comparar a Bahia com Santa Catarina. Afinal de contas, não estamos aqui para defender Santa Catarina, mas o Estado da Bahia.

Fica o apelo do deputado Adolfo Viana para que a Mesa Diretora coloque em votação os projetos de lei que visam melhorar a segurança pública do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu trataria do mesmo assunto abordado pelos deputados Paulo Azi, Rosemberg Pinto e Adolfo Viana. Trataria sobre o verdadeiro extermínio da juventude negra que acontece nesta terra. E o governador não faz nada! A Secretaria da Segurança não faz nada! A Secretaria da Promoção da Igualdade Racial não faz nada! De 4 mil jovens assassinados no ano de 2012 na Bahia, 180 são de cor branca; e 3.800, de cor negra.

Não quero falar sobre esse assunto, porque as crianças da Escola Estadual Rafael Oliveira, do bairro de Cajazeiras VIII, estão aqui. E não quero que as crianças saiam desta Casa apenas com a impressão de que os deputados só discursaram sobre sangue, extermínio e assassinato. Mas, infelizmente, não posso também fazer um discurso agradável aos ouvidos das crianças da Escola Estadual Rafael Oliveira, porque o que me vem à mente foi o fato do Sr. Governador ir há seis anos em Cajazeiras prometer um ginásio de esportes, fazer a licitação desse ginásio de esportes para Cajazeiras. Até hoje, passados seis, tem algum ginásio de esportes em cajazeiras, onde a juventude, onde as crianças de Cajazeiras têm diversão? O governador prometeu, licitou, já pagou parcelas à construtora, e até hoje o ginásio de esportes não foi concluído.

A única piscina olímpica da Bahia, deputado Carlos Brasileiro – V.Ex^a que é um desportista – o governo do Estado destruiu, acabou, e até hoje nada, nada!

O estádio da Fonte Nova, esse, sim. Construído com recursos de quem? Esses recursos serão bancados pelos baianos. O estádio da Fonte Nova está lá, estádio que sairia por 500 milhões, mas saiu por 700, 800 milhões, como todas as obras públicas ultimamente neste país. É essa a triste realidade.

Isso vai se refletir, sim, nos índices de violência, porque a única política pública que o governo do Estado da Bahia fez na área da juventude foi jogar a responsabilidade da violência e do extermínio da juventude negra nas costas do próprio jovem.

Quem não se lembra da famigerada propaganda contra o crack, feita pelo governo do Estado? Qual é a lógica do governo do PT? A lógica é que o responsável pela violência é o jovem negro que foi cooptado pelo tráfico.

Onde estão as políticas de esporte e as políticas educacionais? Onde estão as políticas de emprego? Aí fica fácil. A culpa da violência está no próprio jovem que não tem oportunidade, que não tem escola nem lazer. É essa concepção do combate à violência na Bahia, transferir a culpa para o pequeno traficante. E todas as barbaridades que a Polícia faz, porque a Polícia baiana é a que mais extermina jovem no Brasil; a Polícia baiana mata diariamente uma pessoa na Bahia, a Polícia baiana mata por ano 360 pessoas, mais do que toda a Polícia dos Estados Unidos da América.

Segundo dados do Ministério da Justiça, a Polícia baiana matou, no ano de 2012, 365 pessoas. Todos os homicídios nos Estados Unidos, no ano de 2012, causados pela polícia, foram cerca de 400. Estou falando de um país em que o uso de

armas é livre; estou falando de um país que tem a cultura do uso da arma de fogo. A Polícia baiana mata, e sabem quem é a pessoa que a Polícia baiana mata? Um ser do sexo masculino, de cor negra e de idade entre 12 e 24 anos.

Essa é a política pública de segurança na Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Álvaro Gomes e por 6 minutos o deputado José de Arimatéia.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, gostaria de fazer uma abordagem mais aprofundada a respeito da questão da violência, mas, como não terei o tempo suficiente, farei algumas considerações rápidas. Em primeiro lugar, é preciso registrarmos que, de 2000 a 2005/2006, tivemos na Bahia, especialmente em Salvador, o maior crescimento da violência de todo o país disparadamente. Foi o maior crescimento da violência em todo o país. Nesse período, o governador não se chamava Jaques Wagner. Wagner não era governador, e, nesse período, tivemos o maior crescimento da violência em todas as cidades baianas, sem exceção, disparadamente.

É preciso discutirmos a violência no País de forma mais aprofundada. Nós não podemos pegar dados soltos, interpretá-los do jeito que melhor satisfaz e passar uma visão totalmente distorcida e equivocada para a população.

Nós tivemos no Brasil, em 1980, cerca de 11.000 homicídios, e tivemos, em 2003, cerca de 51.000 homicídios. Foram 51.000 homicídios no Brasil. A partir daí essa taxa de homicídios se manteve mais ou menos no mesmo patamar. O fato é que ela cresceu de 11.000 para 51.000 e se manteve num patamar bastante alto.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Álvaro Gomes, V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a está inscrito. Eu tenho apenas 2 minutos, deputado.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte, deputado? Precisamos fazer o debate!

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a está inscrito.

A taxa de homicídios teve uma pequena queda e se manteve, mais ou menos, no patamar de 50.000.

Na Bahia, o crescimento assustador da violência se deu, exatamente, no governo anterior e não no governo Jaques Wagner. E aí nós temos de analisar a violência de uma forma mais aprofundada, para que a gente não passe uma visão totalmente distorcida para a população de uma questão tão séria.

Eu falo com autoridade sobre a violência, porque há 10 anos que falo sobre

esse tema. Existem deputados que passaram um mandato inteiro sem falar uma palavra sobre a violência, e, desde que o governador Jaques Wagner assumiu, atribuem a responsabilidade da violência a ele. Tenha paciência! Aí é brincar com a sabedoria popular.

Acredito que essa é uma questão que precisa ser aprofundada, refletida e abraçada por todos nós, independentemente dos partidos políticos. Acho que essa luta para conquistarmos a paz no nosso País e no nosso Estado é suprapartidária. Continuo defendendo a tese de que só alcançaremos a paz com justiça social. Os governos, seja o federal ou o estadual, estão trabalhando nesse sentido...

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- No sentido de conquistar a paz com justiça social, entendendo a questão da segurança como um direito de todo o cidadão, entendendo a questão da segurança como o direito à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, à cidadania e à dignidade humana.

Portanto, acredito que precisamos aprofundar essa questão, e eu estou disposto a travar esse debate cotidianamente, até porque travo esse debate aqui há 10 anos. Existem deputados que nunca abriram a boca para falar sobre a violência nos governos anteriores, e só começaram a falar sobre o tema depois do início do governo Wagner.

Para concluir, gostaria de dizer que ontem tivemos uma reunião com o governador Jaques Wagner e os setores de cultura do nosso Estado. Foi uma reunião muito produtiva e com muita perspectiva de dinamizar esse segmento tão importante, inclusive para conquistar a paz em nosso Estado e no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, ouvintes do Canal Assembleia, venho a esta tribuna para registrar que ontem aprovamos na Comissão de Saúde os pareceres de dois importantes projetos que tramitam nesta Casa: o projeto de lei da deputada Ângela Sousa, que trata do teste do olhinho nos recém-nascidos, a ser realizado nas maternidades e nos serviços hospitalares da rede pública, e o projeto do deputado Targino Machado, sobre o passe livre para os doadores de sangue.

Não poderia deixar, Sr. Presidente, de registrar aqui a alegria da população do Sul da Bahia porque na próxima sexta-feira a Cidade de Itabuna terá o retorno da Gestão Plena de Saúde. Aproveito para convidar os deputados Coronel Gilberto Santana e Augusto Castro para comparecerem e comemorarem conosco essa grande vitória, deputado Carlos Geilson.

A Cidade de Itabuna, desde 2009, havia perdido a Plena. Nós, da Comissão de Saúde, participamos, na gestão anterior, de reuniões em Itabuna, e agora, no governo Vane, a Plena retornará. O secretário da Saúde, Dr. Jorge Solla, na sexta-feira, passará

para o prefeito da cidade a Gestão Plena da Saúde.

A Cidade de Ilhéus também receberá a visita do secretário da Saúde, para inaugurar a reforma da Emergência da Santa Casa. Essa reforma era necessária há muito tempo.

Podemos ver a importância do Dr. Jorge Solla na direção da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Ele é qualificado para o trabalho que desenvolve, é experiente, e está preparado para subir degraus, chegando até a governador do Estado da Bahia.

Mas, Srs. Deputados, não poderia deixar de lembrar que o mês de outubro foi o mês rosa. Inclusive, fizemos uma campanha em todo o Estado da Bahia para alertar as mulheres sobre o câncer de mama.

Novembro é o mês azul de mobilização mundial, direcionada aos homens, para a prevenção do câncer de próstata. Como presidente da Comissão de Saúde, gostaria de ressaltar a importância do exame, que é crucial para detectar essa doença. Segundo o Ministério da Saúde, são constatados mais de 50 mil casos por ano no Brasil, com o registro de 12 mil óbitos de homens, que, por questões muitas das vezes...

Acho que o homem tem de quebrar a barreira do medo, ou seja, o homem não pode achar que só o exame de sangue vai identificar se ele está com algum problema na próstata. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o exame mais efetivo, para realmente detectar o câncer de próstata, é o exame de toque retal.

Então, como presidente da Comissão da Saúde, eu não poderia deixar de trazer esta discussão. Lembramos que, na próxima semana, estaremos aprovando um requerimento, na referida comissão, para que nós possamos trazê-lo ao plenário, ainda este mês, já que estamos em novembro, conhecido nacionalmente como o mês azul.

Inclusive, o Congresso Nacional, também, já está aderindo a esta campanha, pois a sua parte externa já está iluminada de azul. Esperamos que a Assembleia Legislativa, também, seja iluminada de azul. O Elevador Lacerda, também, já está azul, deputado Sargento Isidório.

Lembro, também, que novembro é o mês de prevenção do diabetes.

Então, estaremos, na próxima semana, aprovando esses requerimentos no sentido de trazer as duas discussões – câncer de próstata e diabetes – que serão fundamentais para alertar todos os homens e todos os cidadãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, estamos, há três dias seguidos, tentando votar projetos importantes para o estado. Estamos discutindo, aqui, temas de alta relevância para o estado como, por exemplo, a falência da política de segurança pública e a inexistência de uma política pública para a juventude da Bahia.

Discutimos, aqui, também, a questão da falta de equipamentos esportivos no estado e, particularmente, na cidade do Salvador.

E, Sr. Presidente, a frequência dos Srs. Deputado em plenário é baixíssima. Isso, inclusive, afronta o Regimento da Casa que exige, no mínimo, a presença, em plenário, de 21 parlamentares para a continuidade da sessão.

Por isso, solicito a V.Ex^a uma verificação de quórum para continuidade desta sessão ordinária.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem do deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Para atender à questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar, convido os deputados da Base do Governo, que estão em seus gabinetes ou em qualquer dependência desta Assembleia, a virem ao plenário para registrar as suas presenças, pois há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão feito pelo deputado João Carlos Bacelar.

Solicito ao presidente zerar o painel e marcar o tempo de 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- V.Ex^{as}. serão atendidos.

Solicito zerar o painel e marcar o tempo de 15 minutos para que os deputados compareçam ao plenário a fim de marcar as suas presenças com o intuito de dar continuidade à presente sessão ordinária.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum dos Srs. Deputados.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Os Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, na sala do cafezinho, em reuniões, favor se dirigirem ao Plenário para darmos continuidade à presente sessão.

(Continuação da verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com o quórum restabelecido, concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Falarei por 5 minutos, e o deputado João Carlos Bacelar, por mais 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, colegas da imprensa, estamos num período no qual estamos fazendo as emendas para o Orçamento 2014. É um trabalho apenas burocrático. Essas emendas não valem nada. É muito mais para o deputado dar uma satisfação à sua base que apresentou uma emenda para a construção de uma quadra poliesportiva, um infocentro, para a aquisição de uma ambulância, de um trator, reforma de uma escola, etc, etc. Essas emendas são publicadas no Diário Oficial, mas, pasmem!, o relator não as lê, joga todas as emendas no lixo! Eu desafio aqui um deputado que nesta legislatura tenha conseguido emplacar uma emenda. Está feito o desafio. O relator, de uma canetada

só, rejeita todas as emendas.

Deputado Adolfo Viana, lá de Casa Nova, um jovem sonhador, apaixonado pela sua terra, bota no Orçamento a emenda: quadra poliesportiva, infocentro, construção de escola, ambulância, trator... Aí vem o relator do Orçamento, designado pela presidência, em consonância com o Líder do governo, dá uma canetada e joga tudo no balde, joga tudo no lixo. Por isso que tem que ter o Orçamento Impositivo. Na Câmara Federal já passou, no Senado vai passar e nesta Casa tem que passar, porque o deputado tem que deixar de viver agachado, com o pires na mão implorando para que o governo mande para sua base uma pequena obra.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Por isso, deputado Adolfo Menezes, ouço-lhe com o maior prazer, porque sei que V.Ex^a também defende o Orçamento Impositivo para que, no próximo ano, ele já esteja vigorando nesta Casa.

O Sr. Adolfo Viana Menezes:- Deputado Carlos Geilson, quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento, pois sua voz hoje, nessa tribuna, é, sem sombra de dúvida, a voz da maioria dos parlamentares desta Casa. Este final de semana dei entrevistas em Juazeiro e a população me perguntava sobre essas emendas, que V.Ex^a cita tão bem que nunca saem do papel e que, com apenas uma canetada, o relator desbanca todas as nossas pretensões de melhorar a vida das pessoas.

É por este motivo que quero compartilhar do seu pronunciamento e fazer um apelo junto com V.Ex^a: é importantíssimo que o Orçamento Impositivo seja aprovado por esta Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- O Líder do governo tem-se posicionado contra porque ele quer que o deputado diga “pelo amor de Deus, deputado, consegue alguma coisinha lá para minha base...” Aí, o Líder responde: “Vou ver, vou falar com César Lisboa, vou falar com Wagner, vou pedir, depois que César Lisboa e Wagner autorizarem, a Rui Costa, que é o homem que dá a palavra final no governo.” O governo quer que o deputado esteja sempre assim: cabeça baixa, implorando, pedindo pelo amor de Deus...” Não, o Orçamento Impositivo tem que acontecer para que o parlamentar tenha mais autonomia, para que ele possa dar mais assistência às suas bases. E essa é uma realidade da qual não podemos fugir. Isso vai acontecer no plano federal, com senadores e deputados federais, e aqui também deve acontecer. Isso vai dar mais autonomia à Casa e fazer com que o governo não opere tanto na conquista, na cooptação de adesistas. Porque a forma que o governo tem é prometer emprego, é prometer obras para atrair os deputados para a sua base, os famosos adesistas, aqueles que não sabem viver a não ser agarrados, apinhados, sugando as tetas do poder. E olhem que essas tetas não secam nunca. Mas há alguns que são ávidos, são danadinhos para mamar. Ficam lá agarradinhos, sugando, sugando, sugando. Aí vão engordando, engordando, engordando. Quando chega a eleição, estão gordos e fortes nas urnas, não é? E outros que não têm a mesma aptidão, não são tão sugadores, para conseguirem uma reeleição é um trabalho danado! Então, sempre haverá deputados que vão estar nesta vertente de sugar as tetas do poder.

É bom que se frise o seguinte sobre o Orçamento impositivo: o parlamentar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- (...) tendo a sua autonomia, podendo mandar dinheiro para a sua base em obras, isso vai fazer com que ele tenha mais autonomia, mais altivez no seu mandato. E não vai ficar dependendo tanto dos reclames, do mau humor do deputado Zé Neto, porque depende muito como ele amanhece o dia. Se amanhece bem, vai tratar bem e pode atender a um pedido. Se amanhece de mau humor, pisou com o pé esquerdo, meu amigo, sai debaixo porque não acontece, não sai nada!

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado João Carlos pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou fazer aqui um breve relato dum caso que infelizmente se tornou comum na administração pública. O de desperdício de dinheiro, da falta de compromisso, enfim, do que nela há de pior.

No final do ano de 2006, com muita festa e muita pompa, o governador Wagner foi a Nova Esperança, nesta cidade do Salvador, prometer um projeto de requalificação do bairro. Trinta e oito milhões de reais para a construção de 471 casas, requalificação de 477, abastecimento d'água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, uma escola de nível médio e um parque. São 38 milhões.

A obra começou em 2007. Estamos no final de 2013. E nela, que custaria 38 milhões, já gastaram 45 milhões. Mas as casas não foram construídas, não foram requalificadas, o asfalto já se dissolveu, a Embasa não fez o que devia na obra e a Conder calada, dizendo que precisa agora de mais 10 milhões para concluí-la.

É assim que se trata o interesse do trabalhador neste Estado! É a total incompetência misturada com o descaso, e ninguém toma uma providência! Se para construir a passarela de Pituaçu levaram três anos, ela só ficou pronta quando desativaram o Estádio de Pituaçu.

Está agora a população de 5 mil habitantes do bairro Nova Esperança numa alegria muito grande, esperando que novamente a militância do Partido dos Trabalhadores volte para lá pra enganá-los como enganou em 2006. Uma obra que custava 38 milhões de reais não concluíram, já está em 40 e tantos milhões e precisam de mais 10 milhões para concluir a obra.

Nunca vi em sete anos tanta incompetência como nessa tal dessa Conder. A Conder criou os problemas em Pituaçu, a Conder cria os problemas na passarela, a Conder está relegando a população do Bairro Nova Esperança à total falta de esperança. Um bairro importantíssimo para a cidade de Salvador, localizado numa área importantíssima às margens da estrada Cia/Aeroporto, e o que nós podemos fazer? Denunciamos, reclamamos mas não se ouve uma palavra do governo. Podemos sugerir procurar o Ministério Público mas infelizmente, nobre deputado Carlos Brasileiro, a única arma, o único instrumento que as classes populares, que a

classe trabalhadora tem hoje é fechar a rua e queimar pneu, porque aí incomoda a classe média e aí se toma providência.

Essa é uma população organizada e que procura defender os seus direitos. Não tenho a menor dúvida, se o Sr. Governador que foi lá e prometeu em 2006, que em 18 meses o Bairro Nova Esperança estava requalificado, olhe que nessas contas não coloquei a inovação que o governo do Estado faz na Bahia. Faz propaganda de obra que ainda nem começou, essa é outra grande vergonha e outro grande ralo por onde os recursos públicos vão embora. Propaganda de obra sem nenhuma função social ou educacional e de obras que nem começaram. Fizeram propaganda da ponte Salvador/Itaparica, imaginem o que foi feito de propaganda desse projeto de Nova Esperança.

Não quero aqui partidarizar a questão, mas é uma questão política porque estamos falando das habitações de 800 famílias de baixa renda e que, deputado Carlos Geilson, uma obra que era para 18 meses, que era 30 milhões, passou para 40 e já vai para 50 e não terminaram as casas e nem a infraestrutura prometida.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou do Bloco Parlamentar, PSC, PV, PR, PRT, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, Srs. das Galerias.

Querido deputado Bacelar, eu também fico preocupado com essas questões que V.Ex^a se preocupou, porque esse governo que faz propaganda gasta muito dinheiro, e foi assim que eles fizeram dizendo que iam fazer o Hospital do Subúrbio, e eu zangado, mas daqui a pouco está lá o Hospital do Subúrbio; Fizeram isso também com a Via Expressa, há muito tempo que eles falam e graças a Deus inauguraram a Via Expressa; e por aí vai, eles ficam fazendo essas coisas mas depois descobrimos que esse governo tem planejamento, esse governo quando diz que vai fazer é porque já sentou, já sentiu a necessidade do povo e aí, o governador com sua sensibilidade, com sua decência e vontade de homem público, já pode anunciar.

O governo de Wagner é um governo do sim, sim; não, não. Quando ele vai fazer, ele diz que vai fazer e pode anunciar. E se não vai fazer ele não fica com engodo, enganando, proselitismo, conversa fiada, diz não posso, não tem condições, não vai fazer.

Mas não preciso estar defendendo um governo que por si só já se justifica, por suas obras espalhadas em todo o Estado. Negar o governo do governador Jaques Wagner só mesmo quem está com problema de cegueira. Mesmo assim, ele tem um projeto ambulante para operar catarata e curar a visão de quem não quer ver o que

está aí para a Bahia toda assistir.

Meus senhores, eu quero dizer da alegria em que estou hoje porque recebi um convite para um café da manhã com Mário Kertész. Eu, como gato escaldado, confesso que fiquei preocupado. Pensei: “Mário Kertész me levando para um café da manhã?” Fiquei nervoso, fui orar: “Vou? Não vou?” Mas a Bíblia diz: “Oh, quão bom e abençoado que os irmãos vivam em união”. E eu fui!

Fiquei preocupado na hora em que vi aquela comida toda. Eu pensei: “E se tiver chumbinho?” Mas, meus senhores, não é que, para nossa surpresa, Mário Kertész continua sendo um homem que a Bahia não pode esquecer. Ele é vivo e mortal, mas daqui a 100 anos, quando o Senhor o convocar para a eternidade, ele vai ser imortal, eu tenho que ser justo, porque ele conseguiu juntar hoje - e está de parabéns, apesar da minha briga com a Metrópole, a rádio e o jornal dele - Joaci Góes, o ex-governador Roberto Santos, mui digno, e o querido Waldir Pires. Lá estavam personalidades da política baiana, do Judiciário, deputados, de prefeituras municipais, autoridades diversas. O que mostra o prestígio de que o Dr. Mário Kertész ainda desfruta.

Embora eu esteja com um problema com ele no Judiciário, por causa das denúncias feitas em seu programa contra a Fundação Dr. Jesus, sempre fui seu fã, desde muito tempo atrás. Quando houve um problema no Judiciário e queriam fechar a rádio, lembro que fiz uma moção de repúdio aqui, na Assembleia, quando estava com mandato.

Mas o que interessa é que eu não poderia deixar de parabenizar o apresentador Mário Kertész, o político Mário Kertész. Esse negócio de ficarmos brigando o tempo todo, olhando para o retrovisor, não dá certo. E eu não perdi a oportunidade de convidá-lo para, juntamente com sua equipe, visitar as instalações da Fundação Dr. Jesus, visitar os quase 900 homens e mulheres que se encontram internados lá.

No domingo passado, tivemos a honra, na presença de autoridades que lá estiveram e do povo em geral, de inaugurarmos duas piscinas, uma delas semiolímpica; cursos profissionalizantes; nova área e alojamento para o internamento de mais 600 pessoas, que irão de todo o interior da Bahia e da capital e serão atendidos gratuitamente, sem pagar nada.

Eu estou dizendo vagas! Desde domingo temos vagas para mais 600 pessoas que queiram sair das drogas

Inauguramos também três quadras de esportes.

É lamentável que a imprensa que tenho convidado não vá lá, por ter outras demandas ou porque não quer mesmo ir ver a verdade.

Inauguramos três quadras, sendo uma delas de futebol de areia e duas poliesportivas. E também tivemos a honra de inaugurar, para usuários de drogas que queiram abandonar o vício, uma pista de cooper, um salão de jogos com 248m², com várias mesas de *snooker*, totó, ping-pong e outros jogos.

E inauguramos a área das crianças, para os filhos dos pacientes que vão visitá-los, com um parquinho.

É uma pena que muitas autoridades não visitem a Fundação. Aqui, há a

Comissão das Mulheres, e temos 139 mulheres lá. Hoje, eu internei sete mulheres, uma com 11 anos, outra com 14 anos e já grávida, e 23 homens. E a Comissão das Mulheres ainda não teve tempo de ir lá. É uma pena que a Comissão dos Direitos Humanos também não tenha tempo de ir lá.

Agora, engraçado é que de vez em quando chega esse povo todo com Polícia Federal, estadual, municipal, zonal, polícia de rua, vão invadindo lá, com televisão, dizendo que não pode isso, não pode aquilo ou não pode aquilo e não pode isso.

Eles vão lá criar problemas com a fundação onde eu moro com minha esposa, meus filhos e netos. Eu moro lá com minhas baratas, meus ratos, meus quipás e carrapatos! Eu durmo lá e acordo lá no meio daquele povo! Eu não tenho um polícia! Eu não tenho um agente de presídio! No entanto, internamos todos os dias pessoas que vêm de todo o estado, capital e interior, que são usuários de drogas.

O engraçado é que eles falam em fechar lá. Enquanto isso, os palácios estão com pessoas caídas ao redor. Agora, você passa na av. Sete, Baixa dos Sapateiros, ao redor do fórum, ao redor da Assembleia ou ali adiante e há um homem que está, ali, caído o tempo todo. Por onde vocês passam, há pessoas caídas! Existem homens dormindo com meninas de 7 anos à luz do dia! Todo mundo sabe disso!

Mas querem prejudicar e perseguir a fundação.

Eu consegui uma promessa do próprio Mário Kértész para visitar a fundação. Quero dizer que assim que o Dr. Mário Kértész chegar à Fundação Dr. Jesus – espero que ele te leve também, deputado Luciano Simões –, marcharei direto ao Tribunal de Justiça para retirar os processos de calúnia e difamação que fez contra nós.

Digo isso porque eu sei que o Dr. Mário Kértész escorregou em uma casca de banana, pois deram-lhe informações inverídicas! Vejam, já deve estar nas mãos dele o relatório da Gaeco do Ministério Público defendendo a fundação e desmentindo as acusações, pois este é um documento de quase 10 páginas assinado pelo procurador-geral do Ministério Público que defende a fundação e desmente as calúnias sobre a mesma.

Então, estou alegre no dia de hoje.

Estou alegre também porque o secretário da Segurança Pública, que fala no Pacto pela Vida, anunciou a sua ida à Fundação Dr. Jesus. Digo isso porque eu não acredito em uma segurança pública se as autoridades da segurança não forem visitar: as 130 e tantas mulheres que estão no tráfico, pois elas são os braços do crime e os 700 e tantos homens a partir de 11 anos de idade. Bem, digo assim se é que se pode chamar de homens crianças a partir de 11 ou 14 anos de idade que se iniciam no tráfico e estão, também, participando do crime. Graças a Deus, o secretário Maurício anunciou a sua ida à fundação na sexta-feira! Eu estarei lá esperando por ele.

No dia de hoje, também, o vice-governador Otto Alencar me falou que ligaria para, também, agendar sua ida à Fundação Dr. Jesus com o intuito de visitar aquele trabalho social e gratuito que acolhe pessoas de todo o estado.

Estou alegre ainda, porque a secretária de Combate à Pobreza, Moema Gramacho, também, já agendou para o dia 17, domingo, a sua visita para conhecer a nova cozinha e os cursos implantados na Fundação Dr. Jesus de: forno e fogão,

panificação, carpintaria, serralheria, elétrica, construção.

Lembro que fiz um projeto de dependentes do esporte. Levei para Bobô na Sudesb. Cheguei lá e não fui atendido! Lamentavelmente, o governador não tem culpa desses secretários periféricos ou esses secretários que parecem vodu, pois, ao invés de ajudar o estado e aproveitar a boa vontade do governante, ficam enrolando! Ele não me atendeu. Ele pensava que, para drogado, não é preciso piscina e não era preciso esporte. Como tirar o jovem das drogas se não der esporte e não der uma vida melhor?

Mas estou aqui com dois dedos feridos. Se quiserem, podem olhar. Quase perco dois dedos, pois os mesmos estão sem mobilidade, uma vez que eu estava na betoneira batendo concreto. Sou mestre de obra.

Mas visitem a Fundação Dr. Jesus!

Quanto à imprensa que me ouve aqui, visitem a fundação, pois verão uma instituição que, hoje, tem um complexo esportivo para jogos de bola com quadras, campos de futebol, campos de areia, campo de vôlei, salão de jogos e duas piscinas, sendo uma semiolímpica.

Inclusive, o comandante geral da PM já nos visitou e está nos ajudando. O Capitão Tadeu já foi, por duas vezes, ali palestrar e prometeu ajuda para criar os cursos de salvamento e mergulho.

Eu agradeço tudo isso a Deus, à nossa primeira-dama Fátima e ao meu querido Governador Jaques Wagner, embora tenha feito aquela obra com recursos próprios. Mas não posso negar a ajuda do convênio que já retornou após o relatório positivo desmentindo as denúncias contra a Fundação Dr. Jesus e inclusive fazendo elogios ao nosso trabalho, que está aberto à Bahia, ao Brasil e ao mundo inteiro.

Acabamos de receber lá - para concluir, Sr. Presidente - a visita do secretário de Combate e Tratamento às Drogas do Rio de Janeiro, que elogiou a Fundação e disse que no País não há um trabalho daquele porte, para a glória do Deus Pai Todo Poderoso.

Todos estão convidados. Apareçam lá e comam comigo um ovo frito e uma farofa. Deus nos abençoe.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou ao Líder do PSD, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Zé Raimundo. E pelos outros 6, a deputada Fátima Nunes.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres deputados, deputadas, imprensa, colegas, assessores dos gabinetes, eu quero deixar aqui pontuados alguns aspectos desse debate nacional sobre alguns temas vinculados ao Parlamento. Um deles, que se está discutindo nesta Casa também, é a chamada emenda impositiva, através da qual os parlamentares podem colocar rubricas, recursos para o Orçamento a ser executado pelo Executivo, de forma a contemplar o anseio do Legislativo.

Ora, acredito que é claro que seria importante que o Poder Executivo e o Estado brasileiro funcionassem na base da racionalidade dos indicadores sociais, atacando os grandes problemas nacionais. E que no Orçamento, quando discutido na sua origem e aprovado no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores, todos esses aspectos ficassem consignados. Aí naturalmente os deputados, vereadores e senadores, ao aprovarem-no, já teriam consciência de que é um Orçamento baseado em indicadores para superação dos problemas das várias regiões e das várias situações. Com isso, o parlamentar faturaria de maneira natural a sua representação, o seu poder. Porque do contrário, com o argumento que se está colocando, 1 milhão, 2 milhões... Há nesta Casa vários deputados que têm 15, 20 prefeituras, 10, 12 associações. E pergunto se 1,5 milhão, 2 milhões de reais vão ser suficientes para dar a representatividade desse deputado.

Muitas vezes há tema da segurança pública, como o do Delegado Damasceno, que não precisa de emenda. Só a presença dele já é uma segurança, já é um símbolo para a representação. É claro que, tendo a capacidade de influenciar na segurança pública, mais vale a influência dele nas decisões do secretário do que quaisquer 2 milhões, 3 milhões de reais. Mas sei que essa emenda é um desejo dos nossos parlamentares, dos nossos deputados. Inclusive eu também gostaria de ter a capacidade de influenciar na decisão do Orçamento como um todo.

Então gostaria de chamar atenção para essa questão do Parlamento brasileiro, embora ela não seja decisiva nem essencial. Da mesma forma que também o fim do chamado voto secreto, que está sendo discutido. E vai passar provavelmente em âmbito nacional o voto aberto, acabando com o secreto. O quadro é dubio porque o voto aberto, ao invés de ajudar a democracia, em algumas situações vai inibir, policiar e controlar o deputado.

Por tudo isso, acho que esses dois temas, no fundo, no fundo, deveriam ser remetidos para uma grande reforma política neste País, para uma grande reforma do Estado brasileiro e para uma grande reforma dos partidos políticos, porque aí é nesse chão da democracia que é a representação política, que é o voto do cidadão, que é a forma da organização dos nossos partidos, que é o financiamento público da campanha. São nesses temas que residem, de fato, a possibilidade de renovarmos a democracia no Brasil. Assim, avançaremos para uma democracia participativa de controle social, legitimando os vereadores e parlamentares nos âmbitos estadual e federal. Porque o que estamos vendo aí ainda é uma grande propaganda de certos setores da mídia que desqualifica a política e transforma todos os parlamentares em malandros, em oportunistas. Com isso, desqualificam e diminuem o papel das instituições democráticas, que custaram lutas e esforços a muitas gerações para que tivéssemos uma democracia, no Brasil. Sobretudo nos últimos 25, 30 anos.

Por isso, gostaria de deixar registrada a minha convicção de a reforma para que se coloque um Orçamento Impositivo não vai legitimar mais o Parlamento. Tampouco a ideia de que o voto secreto é ilegítimo, porque protege a identidade do parlamentar, desqualifica a democracia. É claro que são decisões importantes que podem ajudar e contribuir para o processo democrático do Parlamento, mas não

resolve a questão essencial que inclusive poucos querem tocar: o custo da democracia no Brasil. São 6 bilhões no Senado Federal, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia são quase 270 milhões, com os 2 Tribunais chega a 600 milhões de reais. Os Tribunais de Justiça são mais milhões e milhões e ninguém discute isso.

O que o povo quer ver, na verdade, são parlamentares iguais a São Francisco: ao santo e ao papa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero registrar desta tribuna a nossa satisfação, da Bancada de mulheres deputadas desta Casa, das deputadas Luiza Maia, Ângela Sousa, Maria Luiza Laudano, Neusa Cadore, Kelly Magalhães, Ivana Bastos, com a representação do mandato da deputada Maria del Carmen, por ter estado ao lado da secretária de Políticas para as Mulheres e do secretário da Segurança Pública, discutindo e apresentando ao nosso governador Jaques Wagner todas as conquistas que já foram possíveis para toda a sociedade. Ressaltando as que são mais direcionadas ao direito e à vida digna para as mulheres, como o Minha Casa Minha Vida; hoje, muitas vezes, são as mulheres que são as gestoras e recebem as chaves. Assim como o Bolsa Família, programa do governo federal, em parceria com o Estado.

Hoje temos a secretária Moema Gramacho na Sedes, e já passou por lá o deputado Carlos Brasileiro e Valmir Assunção. É uma Secretaria que trabalha essas questões direcionadas a fortalecer a melhoria das condições de vida, ressaltando particularmente as mulheres.

No entanto, há ainda uma preocupação muito grande em relação à violência, principalmente a violência doméstica. Muitas vezes aquele que é o companheiro, que foi ao encontro da mulher para proporcionar mais alegria e felicidade, comete atos perigosos, desagradáveis, às vezes até ceifando suas vidas.

E em função dessa preocupação com a redução da violência, estivemos tratando dessa questão com o nosso governador no sentido de que possam ser criadas em outras regiões delegacias para as mulheres. No entanto, sabemos que combater a violência não passa apenas em ter delegacia ou em ter um aparato policial. Na verdade, precisamos de uma conscientização dos valores humanos, dos relacionamentos, dos entendimentos entre as famílias.

Portanto, quando se trata da questão educativa, fala-se, inclusive, de como o rádio, a televisão, as músicas, hoje, de certa forma incitam a violência e a desvalorização da mulher. Quando falamos sobre isso, sempre ressaltamos e parabenizamos esta Casa por ter votado o projeto de lei que penaliza, daqui para a frente, os municípios que gastarem o dinheiro público contratando bandas que trazem no seu conjunto musical letras que venham desvalorizar, diminuir ou até mesmo incitar a violência contra a sociedade e, especificamente, as mulheres. Porque

sabemos que precisamos, na verdade, de cidadãos e cidadãs com mais consciência do valor humano para si e para os membros da família e de toda a sociedade. É importante tratarmos dessa questão.

Inclusive, solicitamos ao nosso secretário de Segurança Pública que promova entre os delegados, entre os profissionais da delegacia, encontros, diálogos, colóquios, para que os servidores públicos das delegacias compreendam e melhorem o atendimento e o relacionamento com as mulheres que procuram o serviço público para o atendimento quando são vítimas.

Tivemos uma grande oportunidade de fazer esse diálogo longo sobre os vários aspectos do combate à violência. E vamos agora nos preparar para os 16 Dias de Ativismo. Nosso governador demonstrou preocupação e tenho certeza de que, pelas palavras e pela forma como ele compreende o tema e com o compromisso que tem com a sociedade, iremos conseguir a implantação de novas delegacias das mulheres no nosso Estado da Bahia.

Muito obrigada pela sua tolerância, Sr. Presidente que dirige esta sessão e que também é presidente da Comissão de Direitos Humanos. Portanto, estamos falando de um tema que V.Ex^a defende muito bem. Muito obrigada, deputado Yulo.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Convido para fazer uso da palavra o Líder da Minoria ou o Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Falará o deputado Augusto Castro por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Augusto Castro, V.Ex^a tem até 11 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, funcionários da Casa, é com alegria que ocupo a tribuna desta Assembleia Legislativa na tarde desta quarta-feira. O presidente da Comissão de Saúde, deputado José de Arimatéia, esteve aqui na tribuna colocando o retorno da gestão plena de saúde no município de Itabuna. Itabuna perdeu a plena em 2008 e durante esse período todo, deputado Adolfo Viana, Líder do Bloco PSDB, convive com essa falta de recursos para manter as unidades de saúde. Os 3 hospitais, o Manoel Novaes, o Calixto e o São Lucas, e mais as unidades que ali prestam serviço para a gestão plena de saúde comando único.

A notícia é a de que a portaria está sendo publicada pelo Fundo Nacional de Saúde. E o secretário Solla está anunciando o retorno da gestão plena.

Sr. Presidente, a verdade é uma dívida que o estado da Bahia, através da Sesab, tem para com o município de Itabuna. Hoje, Itabuna é um polo regional de atendimento à saúde não só do Sul da Bahia mas do Extremo Sul, do Sudoeste da Bahia e de boa parte da região de Jequié. As pessoas, hoje, se deslocam dessas localidades para a cidade de Itabuna. Itabuna tem o Hospital Regional Deputado Luís Eduardo Magalhães que atende a essa demanda.

Deputada Ângela, claro, com muita alegria, nós recebemos este anúncio por

parte do Ministério da Saúde. A nossa preocupação é a de que o município de Itabuna, hoje, não tem a gestão plena. O comando único é gerenciado atualmente via Sesab, porque, com a gestão plena, deixa de ser, realmente, gerenciado pela Sesab. O recurso vem via fundo a fundo, ou seja, o Ministério da Saúde via o Fundo de Saúde Municipal.

A minha preocupação é a preocupação de alguns segmentos da saúde do município de Itabuna são com os atrasos nos repasses das verbas que o estado da Bahia, através da Sesab, vem cometendo com os prestadores de serviço. Estão, ali, os três hospitais com atraso em seus pagamentos. Tais atrasos não deveriam acontecer, porque trata-se de um recurso que vem do Fundo Nacional de Saúde do Ministério Saúde via Fundo Estadual de Saúde que repassa para os prestadores e contratualizados.

A nossa preocupação é exatamente esta, qual seja, com os atrasos nos repasses. Por exemplo, há a Maternidade Ester Gomes em Itabuna que tem o mês de agosto sem receber por produtividade. Pagou-se uma parte. Esta maternidade está sem receber os seus recursos relativos aos meses de setembro e outubro, por exemplo. E, aí, existe uma dívida do Fundo Estadual de Saúde para com aquela cidade. Há atrasos nos repasses de recursos aos Hospital Psiquiátrico de Itabuna e Hospital São Judas Tadeu. Esses, também, têm atrasos, em seus pagamentos, de parte do mês de agosto e setembro mais o mês de outubro que venceu agora.

A nossa preocupação, deputada Ângela, é pertinente. Esperamos que, com o Fundo Municipal de Saúde, a briga fique local, porque você deixa de sair da esfera estadual para receber os recursos devidos, pois os recursos saem do Ministério da Saúde, via Fundo Nacional de Saúde, para o Fundo Municipal de Saúde.

Esperamos acabar com esses atrasos e conseguir normalizar o atendimento da prestação de serviço da saúde de Itabuna, porque, hoje, existe, sim, um atraso por parte da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia com todos os prestadores de serviço que, ali, a Sesab tem contratualização e produtividade.

Isso é de se estranhar, Sr. Presidente, porque esses recursos do Ministério da Saúde são repassados via Fundo Estadual da Saúde mensal e corretamente em dia. O ministério não atrasa. A Sesab está atrasando, deputados Adolfo Menezes e Marquinho Viana, tais recursos que são para a cidade de Itabuna. Tais recursos são um direito adquirido que o município de Itabuna tem. E, constantemente, há atrasos no tocante a pagamentos de salários de funcionários que prestam serviços às unidades de saúde e há atrasos de pagamento a fornecedores. Vejam, existem muitas pessoas que, ali, precisam desse atendimento e não conseguem ter um atendimento pontual, porque há atrasos.

Bem, com este anúncio da Secretaria da Saúde de Itabuna, espera-se que se acabe o problema de atrasos no repasse dos recursos devidos. Estamos brigando desde 2009 quando o município foi descredenciado da gestão plena. Esta dívida é do estado da Bahia. Espera-se que retorne este comando e que tenha, ali, a melhoria na prestação desse serviço. Itabuna, hoje, é uma cidade importante para o estado da Bahia, pois é uma cidade que tem, hoje, um polo regional e uma excelência em saúde.

Agora, faltam recursos.

Ninguém faz, hoje, saúde pública sem ter recursos. Esta é a preocupação de todos nós. Inclusive a Comissão da Saúde, à época, esteve, em duas oportunidades, na cidade de Itabuna visitando o Hospital de Base com palestras e com seminários. Tivemos, aqui, também, várias audiências com o secretário da Saúde. O deputado Coronel Santana está aqui presente e sabe da luta de Itabuna pela perda da gestão plena.

Vejam, esta é uma dívida que o estado da Bahia tem para com o município de Itabuna! Acho que não é favor nenhum que o estado faz. Constitucionalmente, este é um direito que Itabuna tem. Precisamos, sim, cobrar melhorias. Itabuna, hoje, é uma cidade importante para o estado.

Agora, precisamos do seguinte: retorne-se e publique-se a portaria voltando o comando único para o município de Itabuna. No momento, o estado tem de regularizar os repasses financeiros de parte do mês de agosto e o total de repasses referentes ao meses de setembro e outubro.

E, a partir daí, as unidades e os hospitais terão condições de pagar os seus funcionários em dia. Está chegando o final de ano. As entidades não conseguem ter sua regularidade, porque há um atraso.

Mas recebo com muita alegria esse retorno! É uma luta suprapartidária, não podemos misturar saúde com questão política. Itabuna recebe, com muita alegria, claro, o retorno do comando único. Mas, ao mesmo tempo, sabemos da responsabilidade, porque é uma região importante, há vários municípios pactuados com Itabuna.

Espero, deputada Ângela Sousa, V.Ex^a, que está lá com o prefeito Vane, que a coisa consiga ser normalizada, para gerar um atendimento no dia a dia a quem precisa, de Itabuna, em Ilhéus. Sabemos das dificuldades da saúde pública no Estado da Bahia e em termos nacionais.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do PT, para indicar orador por 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr. Presidente. Questão de ordem, Sr. Presidente, para verificação de quórum de continuidade desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Havendo 12 Srs. Deputados, declaro encerrada esta sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*